

» Entrevista | **CORONEL CHRISÓSTOMO (PL-RO)** | DEPUTADO FEDERAL

Relator do projeto que derrubou o aumento do IOF, o parlamentar afirma que, se o Planalto tentar outra medida para reverter o quadro, "vai apanhar novamente". Ele também critica ações no STF para mudar propostas aprovadas pelo Congresso

"O povo quer governo que gaste menos"

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Ante a expressiva derrota do governo Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2025 — que anula o decreto presidencial nº 12.466/2025 e impede o aumento do IOF —, o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), relator da proposta, enfatiza que o Planalto não tem como reverter o quadro.

"Tivemos 383 votos (para o PDL). Se for fazer uma avaliação, quantos votos da base do governo votaram conosco? Isso está claro. Mas eles votaram por quê? Porque estão totalmente conosco? Não. Eles votaram porque o tema é importante para que não tenha mais imposto para o povo pagar", afirmou, em entrevista ao *Correio*. "Então, qualquer coisa que venha do governo para tentar reverter o quadro não vai avançar. Vai ficar pior para o governo, porque ele vai apanhar novamente."

O deputado também criticou a eventual tentativa do governo de tentar manter o aumento do IOF via Supremo Tribunal Federal (STF). "Acho que a esquerda está — como dizem lá no Norte — "correndo atrás do rabo", de algo que não é cabível fazer. Uma vez a decisão no Congresso Nacional estando decidida, ponto", frisou. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como a oposição avalia a votação de quarta-feira?

A oposição está eufórica com

a vitória do relatório sendo votado com mais de 383 apoios de parlamentares. Só que, na verdade, o ganho não é dos parlamentares. O ganho é do povo. O povo teve essa vitória, em especial o povo mais pobre. Vários parlamentares da esquerda dizem: "Mas quem tem ganho com isso são os mais ricos, os mais pobres, não". Não. Os mais pobres pagam, sim, porque incide o IOF sobre o gás de cozinha, sobre o pão, leite. IOF incide em produtos que vão à mesa do cidadão, no bolso da família. Então, o pobre também paga. Não é só o rico, não.

O senhor considera possível uma articulação para reverter isso?

O que eu tenho conhecimento é que eles já estão terminando de concluir uma MP para tentar reverter um pouco o quadro da peia que eles levaram no relatório do IOF. Mas isso é previsível. O que vai acontecer? Tivemos 383 votos. Se você for fazer uma avaliação, quantos votos da base do governo votaram conosco? Isso está claro. Mas eles votaram por quê? Porque estão totalmente conosco? Não. Eles votaram porque o tema é importante para que não tenha mais imposto para o povo pagar. Esses deputados que votaram favoravelmente ao relatório — mesmo que venha uma outra MP tentando buscar outros recursos via imposto — eles vão votar nessa MP? Eu vejo isso totalmente descabido. Quem votou é porque não quer mais imposto para o povo. Então, qualquer coisa que venha do governo para tentar reverter o quadro, não vai avançar. Vai ficar pior para o governo,

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Quantos votos da base do governo votaram conosco? Isso está claro. Mas eles votaram por quê? Porque estão totalmente conosco? Não. Eles votaram porque o tema é importante para que não tenha mais imposto para o povo pagar"

Coronel Chrisóstomo (PL-RO), deputado federal

porque ele vai apanhar novamente.

Quais são os próximos passos da oposição?

Agora é esperar o governo federal ratificar o que nós votamos aqui no Congresso, mas eu já tenho conhecimento de que há indícios de que eles vão entrar pedindo para o STF anular aquilo que a Casa do povo decidiu. Como é que pode os próprios parlamentares tentarem diminuir a Casa do povo? Porque, quando você vai ao outro Poder pedir para anular aquilo que o povo decidiu, como é que o

parlamentar se coloca numa posição dessa, de inferioridade ao outro Poder? Então, eu acho que aí a esquerda está, como dizem lá no Norte, "correndo atrás do rabo", de algo que não é cabível fazer. Uma vez a decisão no Congresso Nacional estando decidida, ponto.

Como foi ter sido escolhido relator do projeto para sustar o aumento do IOF?

Uma das coisas que me surpreendeu foi eu ser relator, ter sido designado relator do IOF. Foi muita surpresa para mim,

não combinaram comigo. O Hugo Motta (presidente da Câmara) decidiu na terça-feira à noite, quase próximo à meia-noite. Ele falou, sim, comigo, umas 22h, na terça-feira. Batemos um papo rápido, mas de outros assuntos que nós vamos até tratar ainda. Mas não me falou nada sobre a relatoria do IOF. E assim eu fiz. Corri, procurei fazer um relatório de forma que não dissesse que era apenas do relator a decisão. Fiz a várias mãos, inclusive com assessoria de outros deputados. Deixei aberta a discussão para o mundo

empresarial, inclusive, alguns me procuraram.

Pesquisa da Paraná mostrou que 38% da população não se identifica com nenhuma sigla de partido; 18,2% se identificam com o PL e 18,1%, com o PT. Como analisa esses dados?

O governo do presidente atual está mostrando para que veio: um governo que desrespeita a questão do Congresso, se alia a outros Poderes, toma decisões totalmente contrárias ao que o povo brasileiro quer. O povo brasileiro quer um governo que gaste menos, que gaste tudo pautado dentro do planejado, dentro do Orçamento. E este governo não faz isso. Ele gasta aleatoriamente, do jeito que é a cabeça do atual governante — com total desgoverno, gastando em coisas totalmente desnecessárias. Basta ver as viagens que eles fazem. Colocam um avião com 200 pessoas dentro. E, se você for observar quem é que está ali dentro, meia dúzia só poderá cumprir alguma missão fora. O resto vai para passear, para gastar dinheiro.

A oposição sempre fala que o STF tem legislado no lugar do Congresso. Como avalia essa questão?

O entendimento deveria ser para todos. Uma vez decidido aqui, não haveria mais possibilidade de mudança nenhuma, porque a decisão é do povo. O poder emana do povo, e aqui está o povo, na Câmara dos Deputados. Então, estão totalmente errados. Totalmente contrários ao que prescreve, ao que reza a Constituição.

EMENDAS PARLAMENTARES

Alcolumbre e Motta em reunião no STF

» MAIARA MARINHO

Antonio Augusto/STF



O ministro Flávio Dino é relator de ações que questionam repasses

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza hoje uma audiência pública sobre emendas parlamentares, com a participação de representantes dos Três Poderes, do Tribunal Contas da União (TCU), de universidades e de entidades da sociedade civil.

A reunião foi convocada pelo ministro Flávio Dino, relator de três ações diretas de inconstitucionalidade que questionam a obrigatoriedade de execução de verbas indicadas por parlamentares e a rastreamento dos recursos.

Entre os confirmados na audiência, estão os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicano-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); o advogado-geral da União, Jorge Messias; e o vice-presidente do TCU, Jorge Oliveira. A sessão será transmitida pelo canal do STF no YouTube a partir das 9h.

As emendas impositivas foram incorporadas à Constituição pelas Emendas 86/2015 e 100/2019, que obrigam o Executivo a executar parte do orçamento conforme a indicação de deputados e senadores. As transferências especiais, introduzidas pela EC 105/2019, também conhecidas como "emendas Pix", permitem o repasse direto de recursos a estados e municípios sem convênio ou detalhamento prévio. Críticos apontam riscos de uso arbitrário das verbas, desvio de finalidade e falta de vinculação a políticas estruturadas.

Dados do TCU mostram que, entre 2020 e 2022, a soma das emendas Pix e impositivas chegou a R\$ 33 bilhões, com crescimento acelerado e baixo nível de transparência. Em resposta, à então presidente do STF, ministra Rosa Weber, suspendeu parte das transferências sem plano de trabalho em 2023. Já em 2024, Dino determinou o registro de todas as transferências especiais no Transferegov.br, exigindo informações sobre os repasses.

O Congresso está dividido. Um grupo defende que as emendas fortaleçam a democracia representativa ao permitir que parlamentares

destinem recursos às suas bases. Para eles, restringir sua execução compromete as prerrogativas do Legislativo e desequilibra a relação entre os Poderes. Por outro lado, partidos como o PSol questionam o modelo atual. Autor da ADI 7697, o partido argumenta que emendas impositivas e Pix concentram poder orçamentário no Congresso, sem controle efetivo, e tornam o planejamento do Executivo mais frágil. Para a legenda, as transferências especiais funcionam como um "cheque em branco".

Fiscalização

A presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Katia Brembatti, avalia que a realização da audiência "nos parece um acerto do STF, para ouvir as várias vozes que precisam falar sobre as emendas". Ela é uma das especialistas que fará exposição na audiência.

"Esperamos que, a partir desse debate, fique mais evidente a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e fiscalização. É preciso frear a distribuição bilionária de dinheiro público sem critérios e sem rastreamento", comentou.

Brebbatti critica diretamente a atuação do Congresso, pois considera que as chamadas emendas Pix "são uma sofisticação do discurso da opacidade". Nesse sentido, avalia que "o Congresso Nacional precisa entender que a transparência é um caminho sem volta". Para ela, "fica muito evidente que o uso dessas emendas virou uma moeda de troca, instrumento de pressão e de barganha", o que compromete o interesse público. "Não é aceitável que o orçamento público, que deveria ser baseado em critérios técnicos, seja tratado apenas pelo viés político", destaca.

Segundo a pesquisadora Mayra Goulart, do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM/UFRRJ), a condução de Dino buscou contemplar diferentes visões, inclusive antagônicas, indicando uma disposição de encarar o problema "não apenas sob o prisma da constitucionalidade, mas também da legitimidade e da viabilidade institucional". Ela afirma que o caminho não é suprimir as emendas, mas "estruturar sua operação de maneira mais justa, transparente e coordenada com os objetivos do orçamento público".

Chegamos à etapa final do PDOT e você ainda pode participar.

A revisão do Plano Diretor é uma construção coletiva. Desde 2021, a Seduh promoveu 85 eventos abertos ao público com a participação da sociedade civil, áreas técnicas de diversas secretarias, organizações não governamentais e associações.

Agora chegamos à etapa final e você ainda pode participar. A apresentação do texto final será dia 28/6, às 9h, na CLDF.

ACESSE O QR CODE, INSCREVA-SE E PARTICIPE.

acesse: df.gov.br/pdot2025

GDF